

A LÓGICA DA BARBARIDADE

Anotações sobre o Fascismo Alemão

Thomas A. **MITSCHEIN**

Casa de Estudos Germânicos da UFPA.

RESUMO: Apresenta uma visão do Fascismo alemão e sua relação com o movimento operário e o capital. Aborda que tanto o Partido Comunista Alemão quanto o Partido Socialdemocrata Alemão não se aperceberam do perigo que o fascismo representava como movimento de massa e, inimizados entre si, não tiveram como conter a conquista do poder pelos fascistas. Analisa a relação das diversas facções do grande capital com o movimento fascista do ponto de vista de sua posição na economia (inter) nacional. Enfatiza que a partir do movimento em que se tornou claro que uma saída da grande depressão não se daria via mercado mundial, o fascismo foi por elas encarado como um instrumento para reestruturar as condições da produção de lucro via destruição das organizações operárias. Conclui que o modo pelo qual o fascismo enfrenta a crise econômica foi o passo inicial para a entrada na Segunda Guerra Mundial.

PALAVRAS-CHAVE: Fascismo, Nazismo, Alemanha, Luta de Classes, Segunda Guerra Mundial.

THE LOGIC OF INSANITY

Notes on German Fascism

ABSTRACT: This paper is a survey of the German fascism in its relations to labor movement and capitalism. It shows that neither the German Communist Party nor the German Socialdemocratic Party could perceive the peril Fascism was for mass movement, and be cause of their fighting against each other they could not counter the seize of power by fascists. It analyses the relations between different factions of big capital to fascist movement under the point of view of its position in (inter) national economics. It emphasizes that once it became clear that there was no way out of big depression through world marketing, fascism became to be considered as the only instrument capable of restoring previous conditions of gain production and destroying labor organizations. It concludes that the way found by fascism to face the economical crises was the first step toward the Second World War.

KEY WORDS: Fascism, Nazi, Germany, Class struggle, World - War II.

1 INTRODUÇÃO

Mesmo quarenta e quatro anos após sua derrota há boas razões para discutir o fascismo alemão que se instalou em janeiro de 1933. Primeiro, porque ele abre um dos capítulos mais negros da história moderna que jamais deverá ser esquecido; segundo, porque ainda persiste a dificuldade de conceituação e aplicação do termo fascismo, considerando que ele passou a ser utilizado, sem muito critério, em qualquer sistema autoritário e esta prática distorceu a interpretação de sua origem.

E na verdade os embaraços teóricos que o fascismo criou para a historiografia e as ciências políticas e sociais são enormes. Destruindo o sistema democrático-liberal ele colocou em xeque, ao mesmo tempo, a teoria liberal como instrumento de análise da sua ascensão. Não é por acaso que nas abordagens liberais o fascismo se apresenta mais como acidente histórico do que o resultado de um processo objetivo. Defendendo os valores racionais do liberalismo e do sistema parlamentar a consciência burguesa tende a procurar as causas da implantação do fascismo no interior do indivíduo isolado da sociedade de massa que em função da perda das suas raízes culturais e sociais se submete às tentações da demagogia totalitária. É evidente que desta maneira se observa o monstro sem se considerar o colo onde ele nasceu, negligenciando, como destaca **MARCUSE** (1980) que a transformação do Estado Liberal em Estado Totalitário se realiza na base da mesma ordem social.

Mas o fascismo representa também, uma das "derrotas mais humilhantes do marxismo" (**DEUTSCHER**, 1967). Tanto o Partido Comunista Alemão (**KPD**), nos

anos 20, o maior **P.C.** no mundo capitalista e encarrado a mais importante seção da Terceira Internacional, como o Partido Social Democrata (**SPD**), o maior partido operário alemão, se mostraram incapazes de bloquear a traumatizante transformação do Partido Nacional Socialista (**NSDAP**), de Adólf Hitler, de uma seita política minoritária num partido de massa. Ganhando 2,5% nas eleições para o "Reichstag" (Congresso Nacional) em 1928 o **NSDAP** consegue 37,4%, 4 anos depois. Partindo daí, podemos dizer que o fascismo representa uma crise tanto da classe dominante como do operariado. A seguir, vamos abordar sucintamente algumas das suas implicações.

2 A SUBESTIMAÇÃO DO PERIGO DO FASCISMO PELO MOVIMENTO OPERÁRIO.

Para as lideranças do Partido Social Democrata o movimento fascista era uma expressão política dos interesses sociais e econômicos da pequena burguesia urbana e rural, representando uma época quase ultrapassada do desenvolvimento capitalista em função do acelerado processo de centralização e concentração do capital e, portanto, incompatível com as necessidades do capitalismo moderno. Tendo em vista a posse de Mussolini na Itália o **SPD** encarava o fascismo mais como fenômeno de países economicamente atrasados do que uma opção para sociedade altamente industrializadas e a racionalidade do seu processo de reprodução. E, justamente, a racionalidade era um projeto do **SPD** se concretizando na teoria da capitalismo organizado. O seu ponto de partida é a constatação de que o capitalismo saiu da sua fase concorrencial e entrou num estágio domina-

do pelos grandes monopólios. Desta maneira, a concorrência entre os capitais está sendo substituída cada vez mais pelo poder econômico das grandes empresas. Paralelamente se realiza uma mudança na área de atuação do Estado. Ele não garante somente, como na época anterior, a reprodução do capitalismo como sistema de classe. Assume, na verdade, de uma maneira crescente, funções no interior do processo de reprodução econômica e social: o Estado se torna intervencionista. Segundo os teóricos da Socialdemocracia como Hilferding e outros, essas novas tendências do desenvolvimento capitalista oferecem possibilidades políticas para reformas estruturais, beneficiando a classe operária e abrindo o caminho para a construção de uma democracia social. Na medida em que a economia começa a ser organizada e planejada, ela já contém, segundo este raciocínio, elementos socialistas que devem ser ampliados e sistematizados pelo Estado que, na visão dos teóricos do capitalismo organizado, é um órgão coercitivo não sujeito às contradições do capitalismo e, portanto, dono das condições para acelerar o planejamento racional da sociedade. Daí resulta a conclusão de que a Socialdemocracia deve ocupar as posições-chaves do aparelho de Estado - essa possibilidade existe através das eleições nas democracias parlamentares - para poder representar os interesses econômicos e sociais da classe operária dentro das instituições. À primeira vista, tanto a estabilização relativa do desenvolvimento econômico a partir de 1924, como os resultados das eleições de 1928, favorecendo o SPD, afirmavam empiricamente esta perspectiva otimista. Mas logo depois, com o início da recessão, a lógica do capital começou a se chocar com a racionalidade da Socialdemocracia.

Diante das graves consequências sociais da

crise, que aceleram a ascensão do fascismo, o SPD reage com imobilismo e passividade tendo como objetivo principal a defesa do sistema democrático - parlamentar da República de Weimar. Mesmo dispondo de uma profunda influência no seio da classe operária e de entidades pára-militares criadas em função da ascensão do fascismo, a sua atuação não ultrapassa os limites da legalidade. A tentativa de alguns elementos da sua ala esquerda (entre eles o jovem Willy Brandt) de mudar o rumo da política socialdemocrata através da função do Partido Operário Socialista em 1931 não surtiu efeito. O reformismo ficou sem resposta diante do fascismo.

Ao mesmo tempo o Partido Comunista Alemão concentrava os seus ataques políticos, primordialmente, na Socialdemocracia, encarando-a como inimigo público número um do operariado. Esta prática catastrófica ele justificava pela chamada "Teoria do Socialfascismo" que se torna a linha mestra da política da Terceira Internacional a partir de 1928, junto com a sua chamada "virada para a esquerda". O raciocínio desta "teoria" elaborada pelos sacerdotes do "marxismo institucionalizado" (KOLAKOWSKY, 1978), é tão simplista quanto irreal: Considerando que os reformistas não querem fazer a revolução, eles estão traindo o proletariado. Na verdade eles são muito mais perigosos do que os próprios fascistas por que confundem as cabeças dos operários com a sua ideologia democrática e pacifista. Partindo daí, temos que desmascará-los perante o proletariado mostrando que, apesar da utilização de métodos diferentes, eles têm o mesmo objetivo como os fascistas: A prorrogação eterna da sociedade burguesa como sociedade de classe. Em outras palavras: já que os reformistas não são revolucionários eles só podem ser fascistas. Tendências

oposicionistas dentro do KPD como a de Thalheimer e Brandler que se opunham a esta equiparação entre a Socialdemocracia e o fascismo estavam sendo marginalizadas e eliminadas do partido. Vivendo com a cabeça em Moscou e com as pernas na Alemanha o KPD aplicava rigidamente o princípio do Socialfascismo denunciando os Socialdemocratas como fascistas, enquanto o perigo da ascensão do fascismo real se tornou cada vez mais grave. O resultado é conhecido: Depois de 1933, os revolucionários e os reformistas se reencontravam nos campos de concentração.

É óbvio que as causas desta prática desastrosa encontram conexão nas lutas internas do Partido Comunista na União Soviética que se reproduzem via Terceira Internacional. Mas, independentemente, destes fatos históricos que não podem ser analisados aqui, ela mostra, em termos teóricos, uma profunda falta de preocupação com relação as diferenças qualitativas entre as diversas formas de dominação burguesa. Analisando o modo de funcionamento do sistema democrático liberal podemos destacar que uma de suas características específicas é a garantia da reprodução da relação social entre capital e trabalho na base da liberdade e igualdade formais das duas classes. O reconhecimento jurídico da cidadania de todos os indivíduos abre a possibilidade para a classe dominada de enfrentar o capital coletivamente através da organização livre nas associações sindicais e de participar nas decisões políticas através do voto. É fundamentalmente esta experiência que se amplia através da "entrada das massas no Estado" depois da Primeira Guerra Mundial, plantando as raízes do reformismo nos países do capitalismo avançado.

Alinhando isso com a teoria e a política do Partido Comunista e da Terceira Internacional, que-

ro enfatizar dois aspectos:

10) Concentrando-se na denúncia do caráter repressivo do estado burguês, eles se amarravam no abstrato deixando de lado o concreto. Evidentemente a forma estatal democrático - burguesa não deixa de ser um estado de classe porque ela segue uma linha política orientada nos limites do possível (obviamente o possível é sempre o necessário, ou seja, a garantia da produção de mais - valia) na manutenção da democracia formal. Mas ela representa, ao mesmo tempo, um complexo sistema de intermediações políticas e civis fortalecendo a hegemonia burguesa mesmo em épocas de crise. Convém lembrar, que o primeiro que nos anos 20 chamou atenção para a não - simultaneidade entre crise econômica e crise política no capitalismo avançado foi Antonio **GRAMSCI**.

"Nos países capitalistas desenvolvidos - ele escreve - a classe dominante possui reservas políticas e organizacionais que não possuía na Rússia, por exemplo. Isto significa que as crises econômicas não têm repercussões imediatas no campo político. A política está sempre atrasada em relação ao econômico. O aparelho do Estado é muito mais resistente do que se poderia acreditar, e ele consegue, nos períodos de crise, organizar mais fiéis ao regime do que a crise permitiria suport". (**BUCCI-GLUCKS MANN**, 1977)

A partir daí ele desenvolve a sua diferenciação entre "guerra-de-movimento" e "guerra-de-posição", considerando que a segunda seja a estratégia apropriada para os países do capitalismo desenvolvido.

20) Partindo de uma equação reducionista entre Estado burguês e repressão, a Terceira Internacional percebia, no máximo, diferenças graduais entre o sistema democrático-liberal e a forma estatal

fascista de dominação do capital tornando-se cega para suas diferenças qualitativas. Mas em vez de acabar com as ilusões reformistas dos operários (segundo o KPD, o pressuposto imprescindível para fazer a revolução) a ditadura plena do fascismo acabou de uma forma terrorista com as organizações do movimento operário inteiro, destruindo as condições do proletariado de representar e defender os seus interesses coletivamente, ou seja, na sua condição de classe social. Em resumo: o KPD não sabia se relacionar de uma forma efetiva com o reformismo porque ele o encarava primordialmente como resultado da manipulação dos socialdemocratas quando, na realidade, a Socialdemocracia é a expressão política da consciência reformista do operário enraizada na complexa relação entre economia e política do capitalismo avançado. Seguindo simplesmente uma política de denúncias e de desmascaramento a maioria dos operários ficou ao lado do SPD até o início da catástrofe.

No seu 7º Congresso, em 1935, a Terceira Internacional muda de rumo banindo o Socialfascismo - evidentemente sem autocritica - através da estratégia da "Frente Popular". A fórmula teórica dada ao fascismo a partir daí e da "Ditadura Aberta e Direta do Capital Monopolista". Esta conceituação subordinada completamente às implicações práticas da criação de uma frente ampla abrangendo até o pequeno e médio capital deixa muito a desejar em termos analíticos:

1º) Porque ela negligencia o fato de o fascismo alcançar o poder através de um movimento de massa contra revolucionário, tendo o seu campo de recrutamento em primeiro lugar nas classes médias.

2º) Porque ela pressupõe uma completa instrumentalização do Estado fascista pelo capital mono-

polista. É evidente que em função de sua base social o fascismo não representa uma ditadura da pequena burguesia. Muito pelo contrário. Mas se aliando com o movimento fascista que, em termos da sua origem e da sua ascensão tem a sua própria lógica de constituição, o capital monopolista teve que pagar um preço político relativamente alto. Considerando a relação entre política e economia na sociedade burguesa ele teve que aceitar um Estado cuja autonomia relativa era bem maior do que a do Estado do sistema democrático - parlamentar. Resumindo: A subestimação do perigo do fascismo pelas duas principais organizações operárias na Alemanha levou-as a sua aniquilação. Com a derrota do movimento operário abre-se o caminho para a catástrofe.

3 O PROBLEMA DA RELAÇÃO ENTRE O FASCISMO E A CLASSE DOMINANTE.

De acordo com o historiador gaúcho Valtaire SCHILLING (s.d.) "nazi-fascismo foi o maior movimento revolucionário de massas do Século XX". Sem dúvida nenhuma. Mas deve-se acrescentar: Ele assume o poder numa situação histórica que está marcada pela maior crise do capitalismo mas que não apresenta impacto revolucionário. Enquanto a Socialdemocracia nem sequer pensava em transformações estruturais fora da legalidade do sistema democrático - parlamentar os comunistas esconderam sua incapacidade de desenvolver uma alternativa revolucionária atrás de "orgias de radicalismo verbais" (ROSENBERG, 1955). Daí surge a questão porque a classe dominante se aliava com o fascismo considerando que se tratava de um movimento social que representava diversas incertezas para ela mesma. Destruindo o parlamentarismo

burguês o fascismo acabava também com as representações políticas da burguesia. Além disso, ele se apresentava como força social aparentemente incalculável porque a sua ala "esquerda" pregava uma ideologia com conotações anti-capitalistas.

E na verdade a posição da classe dominante na Alemanha com relação ao movimento fascista até a posse de Hitler não era unânime. Muito pelo contrário.

Devido as suas diferentes condições de acumulação houve uma série de contradições agudas entre as diversas facções do capital que se manifestaram a nível político como conflito sobre os rumos da política econômica do Estado.

Sem a pretensão de analisar com profundidade estas divergências queremos destacar aquelas três facções que nos anos 20 lutaram pela hegemonia dentro do bloco no poder.

19) A indústria pesada (aço, ferro, o setor mineiro) favorecia uma política protecionista porque a sua situação econômica dependia, primeiramente, do mercado interno. Daí resulta a sua oposição contra o Tratado de Versalhes. Confrontada a partir de 1927 com uma crescente capacidade ociosa e com taxas de lucro em declínio ela se posicionava contra uma política social e salarial beneficiando a classe operária.

20) Representando a facção dinâmica da classe dominante a indústria química, a indústria eletrônica e a indústria de bens de investimentos estavam altamente interessadas num comércio livre a nível internacional. 35% da produção desses setores foram exportados. Realizando altas taxas de lucro e dispondo de uma tecnologia moderna que garantia despesas salariais relativamente baixas quanto ao custo total da produção ela estava interessada, ao mesmo

tempo, num compromisso social com o maior partido operário, ou seja, com a Socialdemocracia que, tradicionalmente, assumia uma posição contra uma política protecionista.

30) A elite agrária defendia uma política protecionista porque o baixo nível tecnológico da sua produção a impossibilitava para competir com os concorrentes de outros países europeus. Conservando a sua influência na executiva e na área militar mesmo depois da Primeira Guerra Mundial ela representava um elemento profundamente conservador e anti-operário na política alemã.

Diante desse quadro contraditório deve-se perguntar mais uma vez: Por que, finalmente, a classe dominante embarcava no projeto fascista? Na historiografia e nas ciências sociais e políticas esta questão está sendo discutida de uma forma muito controvertida. Não são poucos os autores que destacam que o fascismo é caracterizado por uma primazia da política sobre a economia que acaba ferindo, até a própria lógica da produção capitalista e portanto, a relação entre a classe dominante e o próprio fascismo tem muitas implicações irracionais por parte da primeira (KADRITZKE, 1973).

Sem entrar nessa controvérsia queremos mostrar somente argumentos que demonstram que o fascismo representava para o capital alemão uma saída da grande depressão.

Destacando este aspecto não queremos insinuar que o fascismo como fenômeno político - ideológico seja unicamente originado pelas contradições e pelos impasses da economia alemã durante e, sobretudo, no final da República de Weimar. Muito pelo contrário!

Como a história moderna não se reduz ao processo de reprodução do capital, a política não é um

simples "subcaso" da esfera econômica.

É evidente que a ideologia racista do NSDAP culminando no genocídio dos judeus não se explica pelas especificidades da crise econômica. Mas é ela que cria as condições da realização de um projeto político levando a esta forma de barbárie.

4 O FASCISMO COMO SAÍDA DA CRISE

À primeira vista a crise se revela como superacumulação no Departamento I (bens de produção). A partir de 1930 a produção de bens de produção sofre dentro de dois anos um decréscimo de 64%.

Por outro lado, na indústria de bens de consumo (Departamento II) a diminuição da produção não ultrapassa 20% no mesmo período. Este desenvolvimento desigual indica uma demanda básica relativamente estável no Departamento II, mantida, inclusive, pelo salário de desemprego e pelo fato de que até 1931 os operários sindicalizados e ainda desempregados conseguem defender o seu nível salarial apesar do crescente desemprego.

A gravidade da recessão no Departamento I não se explica, portanto, pelo processo de acumulação no Departamento II. Na realidade ela é o resultado de alterações das relações de procura a nível do mercado mundial e dentro do próprio Departamento I.

Levando em conta que na Alemanha os primeiros sinais de uma depressão cíclica na indústria de bens de produção já começam a se manifestar antes de 1930 esta tendência declinante se acelera através do colapso da economia internacional que gera dois efeitos imediatos:

19) A retirada dos empréstimos estrangeiros de curto prazo (sobretudo norte-americanos) que dificulta o financiamento da produção porque o serviço das obrigações de guerra definidos pelo Tratado de Versalhes limitava as condições internas de acumulação;

20) Uma corrida protecionista entre os países industrializados seguindo o princípio "Salve-se quem puder" e atingindo o ponto nevrálgico da economia alemã, ou seja, a sua dependência das exportações.

Mais de um terço da produção industrial alemã era exportada. Junto com a desintegração do mercado mundial a crise ganha maior dinâmica. O aumento da capacidade ociosa faz crescer a taxa de desemprego que reduz a demanda por bens de consumo diminuindo desta maneira os investimentos no Departamento II e agravando, mais ainda, os problemas de acumulação no Departamento I.

Mas, sendo o resultado da queda da taxa de lucro que, por sua vez, reduz a acumulação de capital, a crise contém, ao mesmo tempo, nas suas próprias consequências os seus elementos de recuperação.

A caída dos preços do capital-mercadoria, a desvalorização do capital-produtivo através de falências, etc. e a queda dos salários provocada pelo imenso exército industrial de reserva renovam as condições da produção de lucro.

No caso da grande depressão estes mecanismos regenerados não levaram a uma retomada da conjuntura internacional. O que aconteceu foi a substituição da crise por uma longa fase de estagnação.

Sem entrar no porque deste fenômeno queremos destacar com relação à Alemanha dois aspectos:

19) de um lado, tanto a cartelização - sobre-

tudo na indústria pesada como a alta quota do capital fixo na composição do capital constante impedia uma rápida queda dos preços;

29) do outro, apesar do crescente desemprego, as conquistas sociais que o movimento operário tinha conseguido sobretudo entre 1924 e 1928 retardavam uma queda dos custos salariais como se ela tivesse sido necessária do ponto-de-vista da acumulação do capital.

Junto com a crise, a aliança contraditória entre o setor exportador do capital e a Socialdemocracia que marcava a política na República de Weimar entre 1924 e 1929 estava sendo colocada em xeque. Dentro do bloco no poder são as forças protecionistas e profundamente anti-operárias, lideradas pelos representantes da indústria pesada, que ganham terreno.

Enquanto o setor exportador favorecia uma retomada do crescimento via mercado mundial a indústria pesada e a agricultura defendiam rigidamente uma solução na base de uma ampliação do mercado.

Mas apesar desta contradição as diversas facções do capital começam a aproximar-se cada vez mais com relação ao único interesse que as une firmemente: a garantia política da produção de mais-valia.

Assinalando que as obrigações de guerra e a política de bem-estar social defendida sobretudo pela Socialdemocracia e pelos sindicatos estavam confiscando os seus lucros, os capitalistas exigiam um drástico arrocho salarial e uma sensível redução dos gastos estatais na área da política social para aumentar o seu fundo de acumulação.

Aqui deve-se destacar que na ótica do capital individual o único item que ele pode influenciar diretamente são os custos salariais. Tanto os preços

dos elementos fixos e circulantes do capital constante como as relações de procura a nível do mercado estão fora do seu alcance.

É evidente que a economia política do capital se chocava com a do operariado cujas organizações defenderam a lógica do salário como renda contra a sua lógica como despesa.

Embora o movimento operário tenha se encontrado numa situação de defensiva em função do crescente desemprego ele ainda representava um fator decisivo e autónomo dentro do contexto do sistema democrático-parlamentar.

Mas, na medida em que "o reformismo militante do movimento operário" (ABRAHAM, 1981) impedia uma solução da crise na sua qualidade como crise da produção de lucro e, ao mesmo tempo, os mecanismos da democracia liberal garantiam a sua presença significativa dentro da política nacional se criava um impasse interno que favorecia a busca de soluções fora do sistema.

Apesar das suas próprias divergências sobre as formas da superação da crise (mercado mundial X mercado interno) as diversas facções do bloco no poder concordavam na necessidade de um ataque arbitrário contra as posições sociais e políticas da classe operária.

Mas, para poder disciplinar politicamente as organizações do movimento operário dentro das regras do jogo parlamentar precisa-se de um amplo apoio e consenso populares dos quais a classe dominante não dispunha.

Os partidos burgueses perderam mais do que 30% nas eleições gerais entre 1924 e 1932.

Ao mesmo tempo um golpe militar não se apresentava com possibilidade real porque o exército era uma espécie de reduto da tradicional aristocra-

cia agrária.

Diante desse quadro político uma aliança com o movimento fascista se tornava uma opção viável para o grande capital porque ele não deixou margem de dúvida com relação a sua inimidade mortal contra as organizações operárias e da sua capacidade de destruí-las. A sua viabilidade cresceu, inclusive, na medida em que a expectativa em relação ao reaquecimento da conjuntura internacional se tornava ilusão e uma saída econômica tinha que ser realizada dentro do próprio país.

Sem dúvida nenhuma, o fascismo não representava a solução preferida pela burguesia como um todo. Mas, devido às circunstâncias específicas da época, ele era uma opção para resolver os impasses econômicos e políticos que se apresentavam dentro do sistema vigente no final da República de Weimar. (ALTVATER, et al., 1980)

5 A SAÍDA DA CRISE COMO PASSO INICIAL DE ENTRADA NA II GUERRA MUNDIAL.

A destruição do movimento operário a partir de 1933 gerou dentro de pouco tempo efeitos positivos para o capital. O congelamento dos salários, a intensificação do trabalho e o prolongamento da jornada de trabalho aumentavam significativamente a nível de exploração.

Enquanto a contribuição da quota salarial na renda nacional foi reduzida de 64% em 1932 para 57% em 1938 os lucros das grandes empresas subiam - segundo diversos cálculos - em mais de 400% entre 1932 e 1936.

Criando condições favoráveis no setor da produção, o Estado garantia, ao mesmo tempo, a expansão econômica a nível da procura através do seu programa de armamento, gastando, em 1938, 60% do seu orçamento total.

Levando-se em conta o caráter não-reprodutivo dos produtos da indústria bélica - eles nem entram no processo de reprodução do capital, nem aumentam o valor da força de trabalho - a política de armamento se apresenta à primeira vista como um bom instrumento para mobilizar a mão-de-obra desempregada e para diminuir a capacidade ociosa do Departamento I da economia.

As elevadas taxas de lucro justificaram aparentemente a política econômica do Estado fascista da mesma maneira que o alcance de um estado de pleno emprego cinco anos depois de 1933 é que melhorava, apesar do congelamento dos salários, as condições sócio-econômicas da classe operária, contradizendo, aparentemente, a propaganda so SPD e do KPD que denunciavam - seja na clandestinidade ou seja no exílio - o caminho catastrófico do desenvolvimento econômico.

Mas o outro lado do "boom" armamentista era necessariamente uma crescente dívida interna.

Além disso, a expansão da produção de bens bélicos no Departamento I reduzia o ritmo de acumulação do setor reprodutivo retardando, por sua vez, avanços da produtividade de trabalho através de inovações tecnológicas.

Desta maneira o capital alemão perdeu, cada vez mais, a sua competitividade internacional e precisava de uma proteção maior com relação ao mercado mundial. Este quadro, caracterizado pela explosão da dívida interna e pela redução da competitividade internacional, mudava a relação entre a po-

lítica e a economia na Alemanha de uma forma tal que o Estado fascista conseguiu ampliar e fortalecer a sua autonomia relativa diante do capital.

A partir daí configurou-se uma situação na qual a conjuntura armamentista ou levaria o Estado à falência ou à conquista militar de riquezas de regiões estrangeiras para financiar a dívida. E isto era apenas uma questão de tempo.

Seguindo esta evolução, fundou-se uma concepção de saída da crise posta em prática em 1933, tendo como elementos essenciais o extermínio do movimento operário para aumentar a taxa de lucro e a expansão da indústria - bélica, que não deixava para o capital outra alternativa a não ser o de se identificar com os objetivos bélicos do Estado fascista.

O fracasso das tentativas da oposição burguesa (1933/1939) está intimamente ligado ao fato de que a possível solução a crise pudesse ser posta em prática somente através de uma reintegração do mercado mundial. Mas era necessário considerar-se como item fundamental a transformação da produção da indústria bélica, no sentido de retomar prioritariamente a produção de bens civis com o aumento significativo na produtividade, sob péssimas condições de exportação do mercado internacional.

Mas há que se considerar que a crise econômica a nível mundial e as mudanças internas implantadas pelo Estado fascista tornou impossível o retorno ao status quo.

"Vitória ou derrota. Se nós ganharmos a economia será indenizada. Não se deve calcular os custos. Estamos jogando o máximo para receber o máximo" (ALEFF, 1976). Este trecho de um discurso do ministro da Aeronáutica, Goering, de 1936 serve como termômetro da contradição do "boom" armamentis-

ta. Ele não resolveu o problema da crise econômica. Pelo contrário, criou uma situação na qual a expansão militar era uma coisa inevitável para digerir o problema do endividamento do Estado.

Tendo aceito a saída fascista da crise, o capital alemão, em seu conjunto, independentemente da consciência e da vontade dos próprios capitalistas, não vislumbrava outro caminho a não ser submeter-se ao jogo proposto pelo ministro: tentar o máximo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAHAM, David. The collapse of the Weimar Republic; political economy and political crisis. Princeton, 1981.
- ALEFF, Eberhard. Das Dritte Reich. Hannover, 1976.
- ALTVATER, Elmar et al. Vom Wirtschaftswunder zur wirtschaftskrise; Oekonomie und Politik in der Bundesrepublik Bd. 1 Berlin, 1980.
- BUCI - GLUCKSMANN, C. Sobre o conceito de crise do estado e sua história. In: POULANTZAS, Nicos. O estado em crise. Rio de Janeiro, 1977.
- CLAUDIN, Fernando. Die Krise der Kommunistischen Bewegung; von der Komintern zur Kominform. Bd. 1 Berlin, 1977.
- DEUTSCHER, Isaac. Die unvollendete Revolution. Frankfurt, 1967.
- KADRITZKE, Nils. Faschismus als gesellschaftliche; Realitaet und als unrealistischer Kampfbegriff. In: Prokla. Nº 3, 1973.
- KLOENNE, Arno. Die deutsche Arbeiterbewegung. Duesseldorf, 1980.
- KOLAKOWSKY, Zi. Main Currents of Marxism. Oxford, the Beakdown, 1978.
- LACLAU, Ernesto. Politics and ideology in Marxist theory; capitalism, fascism, populism. London, New Left Books, 1977.
- MANDEL, Ernest. Der Spaetkapiralismus. Frankfurt, 1972.

- MARCUSE, Herbert. Kultur und Gesellschaft 1. Frankfurt, 1980.
- MITSCHHEIN, Thomas A. O Pensamento marxista no movimento operário alemão. Belém, casa de Estudos Germanicos, 1984. (Cadernos). Palestra proferida no Seminário "Limites e Atualidade da Teoria Marxista" na Universidade Federal do Ceará.
- ROSENBERG, Arthur. Entstehung und Geschichte der Weimarer Republik. Frankfurt, 1955.
- SCHILLING, Voltaire. O Movimento Nazi-Fascista. Porto Alegre, s.d.

AGRADECIMENTO

Agradeço ao jornalista **RONALD JUNQUEIRO** de "**O Liberal**" que amenizou os "**Germanismos**" do meu português e incentivou a elaboração desse texto através de perguntas críticas.